



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Fontes de informações sobre territórios e povos indígenas brasileiros: um olhar a partir de organizações não governamentais e entidades da sociedade civil

*Information Sources on Brazilian Indigenous territories and peoples: a perspective from
non-governmental organizations and civil entities*

Priscila Maria Ferreira Guarate – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) –
priscilaguarate@gmail.com

Patricia da Silva Neubert – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) –
patricia.neubert@ufsc.br

Jéssica Victória Alves Vougado – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) –
avougadojessicavictoria@gmail.com

Resumo: Analisa organizações não governamentais (ONGs) e entidades civis como fontes de informação para a cidadania e autonomia indígena. Trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Tem como objetivo identificar fontes de informações nacionais, a partir das ONGs e entidades civis, que apresentem dados sobre territórios e populações indígenas brasileiras. Os resultados indicam o Instituto Socioambiental e o Conselho Indigenista Missionário como fonte de dados e informações indígenas, disponibilizando dados demográficos, geográficos e populacionais, sobre a demarcação de terras indígenas, além de informações sobre notificações de violência e vulnerabilidade nesses territórios.

Palavras-chave: Fontes de informação. Povos indígenas. ONGs. Entidades civis.

Abstract: This study analyzes Non-Governmental Organizations and Civil Entities as information sources for Indigenous citizenship and autonomy. It is an exploratory research, based on bibliographic and documentary analysis. It aims to identify national information sources from NGOs and civil entities that provide data on Brazilian Indigenous populations and territories. The results indicate Instituto Socioambiental and the Conselho Indigenista Missionário as sources of Indigenous data and information. These organizations cover data such as: Indigenous land demarcation, demographic, geographic, and population. As well as reports on violence and vulnerability within these territories.

Keywords: Information source. Indigenous people. NGOs. Civil entities.



1 INTRODUÇÃO

No imaginário popular do brasileiro, o indígena é aquele personagem histórico, equipado de ferramentas rudimentares e habitando as zonas de mata, fugindo do contato com os “homens brancos”, o estereótipo que se tem é de um indígena eternizado em exposições museológicas (Silva; Caovilla, 2018).

A construção desse imaginário coletivo não é uma coincidência produzida ao acaso, mas uma ferramenta de opressão e violência contra os povos indígenas. Ao reduzir a identidade dessas pessoas a uma figura histórica, imóvel no tempo e consequentemente inimiga do avanço e desenvolvimento da sociedade moderna (Baniwa, 2007), a existência desses povos, em sua infinita diversidade (mais de 304 povos distintos, falantes de mais de 204 idiomas) é contestada (Baniwa, 2023; IBGE, 2022).

Isso significa principalmente contestar o direito dessas pessoas ao território, um elemento central na questão indígena: a batalha constante para preservar sua identidade e autonomia (Ribeiro, 2017), cenário onde o território é mais do que um pedaço de terra, “[...] está intrinsecamente ligada à sua forma de vida e de ser, à sua visão de mundo, ancestralidade, espiritualidade e sobrevivência [...]” (Oliveira; Padros, 2021, p. 4), o que difere da lógica capitalista e mercantilista da população ocidental/hegemônica, que vê o território como um ativo financeiro (Lindholm, 2019). Essa diferença resulta em conflitos já bem conhecidos: invasão das terras indígenas por parte de madeireiros, garimpeiros, fazendeiros etc., seja qual for a natureza da invasão, os motivos se voltam para a exploração da terra como um recurso, um produto, causando uma série de prejuízos aos povos indígenas.

O garimpo envenena os rios e peixes, causando a contaminação das comunidades por mercúrio (Barcellos; Saldanha, 2023), o desmatamento causa a morte de plantas e animais utilizados para caça e medicina, adoecendo as comunidades indígenas, além de forçar essas pessoas a comprarem alimentos e produtos industrializados (Pereira, 2015), contribuindo para um quadro contraditório: por um lado a desnutrição por falta de alimentos e por outro, altos índices de obesidade, hipertensão e diabetes pelo consumo excessivo de alimentos ultraprocessados



(Mckinley, 2024; Sangalli; Souza, 2020). Ou seja, lutar pelo território é lutar pela vida (Marcha das mulheres indígenas, 2021).

Observando essas questões pela ótica da Ciência da Informação, é possível compreender que, sendo a informação um fenômeno indissociável dos contextos sociais (Araújo, 2003), e, um elemento chave para a construção da autonomia e cidadania (que neste contexto se volta a luta dos povos indígenas pela autoafirmação e direitos humanos fundamentais), entende-se que o uso de informações sobre povos e territórios indígenas é indispensável como estratégia para essa batalha.

Logo, a produção, organização e a difusão de informações sobre territórios e povos indígenas assumem papel crucial tanto na efetivação de direitos quanto na exposição de violações sociopolíticas, ambientais e culturais. Dito isto, observando que as organizações não governamentais e entidades civis têm um longo histórico de atuação em causas sociais que o estado não supre (Oliveira; Padros, 2021), na qual produzem e disseminam informações sobre as necessidades do grupo social a quem são destinadas essas atuações, argumenta-se nesta pesquisa que essas instituições são consideradas fontes de informação indígena uma vez que produzem e disponibilizam informações e dados sobre essas pessoas (Paiva, 2014; Rezende *et al.*, 2023; Guarate, 2025). Dessa forma, questiona-se nessa pesquisa: quais são as fontes que produzem e/ou disponibilizam dados sobre territórios e populações indígenas? e que tipo de dados são disponibilizados por essas fontes? O objetivo deste estudo é identificar fontes de informações nacionais, a partir das Organizações não governamentais e entidades civis, que apresentem dados sobre territórios e populações indígenas brasileiras.

2 ONGS E ORGANIZAÇÕES COLETIVAS COMO FONTES DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA

Fontes de informação são compreendidas como os meios pelos quais as pessoas acessam conhecimentos e dados necessários para interpretar a realidade social, podendo abranger desde documentos oficiais até plataformas digitais, organizações sociais e bancos de dados especializados (BIREME, 2001). A função de uma fonte de informação é suprir a necessidade informacional das pessoas, atuando como um guia de busca à diversos tipos de conhecimentos (BIREME, 2001; Cunha, 2020; Inomata,



2022), ultrapassando a dimensão técnica, assumindo caráter social e político na promoção da inclusão e da justiça informacional.

Ao longo das últimas décadas, organizações não governamentais, coletivos e entidades da sociedade civil passaram a desempenhar papel relevante na construção de fontes de informação voltadas à temática indígena. Segundo Aguiar (2010) a produção e disseminação de conhecimento especializado tornou-se estratégica para as redes de ONGs e movimentos que visam intervir nas arenas e agendas políticas das esferas públicas, da local à global.

As organizações não governamentais (ONGs) e demais entidades da sociedade civil atuam na promoção de direitos, na mobilização social e na produção de informações voltadas a grupos historicamente marginalizados (Pinheiro, 2019). Essas instituições, geralmente sem fins lucrativos, desenvolvem ações de interesse público em áreas como educação, saúde, direitos humanos e meio ambiente, desempenhando função complementar às ações do Estado, muitas vezes atuando como mediadoras da informação “[...] pelo fato de articularem um processo de construção do conhecimento e estabelecerem relações entre grupos e indivíduos” (Pinheiro, 2019, p. 11).

Essas iniciativas contribuem para o mapeamento territorial, a documentação de conflitos, a preservação de memórias, a produção de dados sobre saúde, educação e violência, além da ampliação do acesso público a informações frequentemente invisibilizadas pelos sistemas oficiais, pois como afirmam Alves e Lima (2023, p. 12) “[...] organizar um território passa pela defesa política desse território, pelo cuidado com a biodiversidade e pela defesa da memória dos que ali viveram”. Desse modo, as fontes de informação produzidas por organizações da sociedade civil desempenham papel relevante na promoção da cidadania informacional, especialmente no que se refere aos povos indígenas. Ao reunir, organizar e disseminar dados sobre conflitos territoriais, violência, saúde e cultura, essas iniciativas contribuem para a ampliação da visibilidade social dessas populações e para o fortalecimento de seus direitos (Pinheiro, 2019).

3 METODOLOGIA

Caracterizando-se como um estudo exploratório, essa pesquisa emprega como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de



identificar fontes de informações nacionais, a partir de organizações não governamentais e entidades civis, que apresentem dados sobre territórios e populações indígenas brasileiras.

A partir do levantamento bibliográfico, identificou-se o estudo dos autores Rezende *et al.* (2023), que propõe um guia de 22 fontes de informações especializadas sobre povos indígenas. Esse estudo foi utilizado como base para identificar dentre as fontes listadas no guia, aquelas constituídas por ONGs e entidades civis que produzem e/ou disponibilizam dados e informações sobre povos e territórios indígenas. Deste modo foram selecionados o Instituto Socioambiental (ISA) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) como fontes de informação sobre povos e territórios indígenas, uma vez que ambos disponibilizam, em seus websites, variados painéis de dados contendo informações sobre territórios e povos indígenas. Após a definição dessas fontes, realizou-se a análise dos dados disponíveis e de seus contextos de uso, agrupando-os, conforme suas descrições, em quatro categorias: a) características demográficas, b) geográficas, c) questões ambientais e d) específicas ao território e população indígena.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Instituto Socioambiental (ISA) é considerado uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) desde 2001, voltada a atuação de proteção de territórios de povos tradicionais, quilombolas e comunidades extrativistas “[...] para desenvolver soluções que protejam seus territórios, fortaleçam sua cultura e saberes tradicionais, elevem seu perfil político e desenvolvam economias sustentáveis [...]” (ISA, 2026c). Sob uma perspectiva socioambiental o instituto foca na proteção da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável dessas comunidades como parte de seu compromisso de proteção desses territórios, como também para o fortalecimento político dessas pessoas. No site do ISA foram identificadas 5 fontes de dados, disponibilizados em forma de websites, vinculados à instituição: a) Alerta+, b) Povos indígenas do Brasil, c) Unidades de conservação no Brasil, d) Terras+, e e) Terras indígenas no Brasil.

Ao todo, ISA e CIMI produzem 6 fontes de dados sobre população e território indígena, conforme o Quadro 1:



Quadro 1 - Fontes de dados sobre territórios e povos indígenas

Autor	Título	Descrição
ISA	Alerta +	Painel informativo de transparência que rastreia diariamente os alertas de desmatamento e degradação em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal (ISA, 2026a)
ISA	Povos indígenas do Brasil	Quadro com dados censitários da população indígena brasileira organizado por etnia (279 etnias) e localização geográfica.
ISA	Terras indígenas no Brasil	Painel de monitoramento da situação das terras indígenas brasileiras quanto à situação jurídica.
ISA	Terras +	Painel de indicadores de equilíbrio dos territórios indígenas: estabilidade jurídica, integridade ambiental, integridade ambiental no entorno, integridade territorial, presença de obras, obras planejadas e governança.
ISA	Unidades de conservação no Brasil	Acompanhamento da criação, revogação e alteração de limites e categorias de Unidades de Conservação e evolução do reconhecimento das Terras Indígenas (ISA, 2026e)
CIMI	Cartografia dos Ataques Contra Indígenas (CACI)	Mapeia casos de violência contra povos indígenas brasileiros com base nos relatórios de violência contra povos indígenas produzido e publicado pelo CIMI, relacionando informações de territórios e povos afetados com o objetivo de mobilizar frentes de trabalho para combater essa vulnerabilidade.

Fonte: dados da pesquisa (2026).

As fontes vinculadas ao ISA, relacionadas aos povos indígenas fazem parte do Programa Povos indígenas no Brasil que tem como objetivo produzir pesquisas e divulgar informações sobre os processos de demarcação de terras indígenas, além de divulgar também informações sobre as políticas públicas e ações do Estado voltadas à defesa dos direitos coletivos, da proteção e conservação ambiental desses territórios, acompanhando as ações e projetos econômicos e governamentais que envolvam a construção de usinas hidrelétricas, polidutos, estradas, hidrovias, ferrovias, mineração, garimpagem e exploração madeireira (ISA, 2026c).

Já em relação ao CIMI, criado em 1972 na época da ditadura militar para promover a “[...] articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural [...]” (CIMI, 2026), o órgão atua com a divulgação de informações voltadas a denunciar as violências submetidas aos povos indígenas brasileiros, a partir da divulgação de dados cartográficos das notificações de violência contra esses povos, como é o caso do CACI, descrito no quadro 1.

Entre os dados sobre território e populações indígenas disponíveis nestas fontes incluem-se indicadores sobre a) características demográficas, b) geográficas, c) questões ambientais e d) específicas ao território e população indígena, conforme Quadro 2:



Quadro 2 - Dados disponíveis nas fontes de informação sobre territórios e povos

Grupo	Tipo de dado	Fontes de dados/ informações					
		Alerta +	Povos indígenas no Brasil	Terras indígenas no Brasil	Terra +	CACI	Unidades de conservação
A	População (quantitativo)	X	X	X	X		X
	Etnia		X	X		X	
	Família linguística		X				
	Casos de violência					X	
B	Estado	X	X	X	X	X	X
	Município	X		X	X	X	X
	Faixa de fronteira	X		X	X	X	X
	Ruas e estradas					X	
	Ferrovias					X	
C	Unidades de conservação	X		X	X	X	X
	Categoria da unidade	X		X	X		X
	Bioma	X		X	X		X
	Bacia hidrográfica, rios	X		X	X	X	X
	Usinas hidrelétricas					X	
	Áreas de Desmatamento	X		X	X	X	X
	Queimada, Focos de incêndios	X		X	X	X	X
	Mineração e degradação	X			X	X	
Exploração de petróleo					X		
D	Terras indígenas	X		X	X	X	X
	Situação jurídica do território	X		X			X
	Escritórios da FUNAI			X			

Fonte: dados da pesquisa (2026).

A organização do conjunto de dados, agrupados por temática, permite visualizar que a maioria das fontes identificadas nesta pesquisa trata principalmente de dados relacionados ao território, em sua maioria tratando de informações ambientais conforme descrito nos dados do grupo C. Esse resultado confirma que a luta pelo território é uma luta pela preservação desse espaço que está diretamente ligado à sobrevivência dos povos indígenas (Oliveira; Padros, 2021), o que também se relaciona ao conceito de corpo-território proposto pelo Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017), do território como uma parte do corpo humano: “[...] se extraem água, terra ou envenenam o espaço que habitamos, prejudicam nosso corpo [...]” (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017, p. 18, tradução nossa).



Ao coletar, organizar e disponibilizar dados sobre terras indígenas, quantas pessoas moram nessas terras, as notificações de desmatamento, queimadas e exploração e degradação nesses territórios, as Ongs e entidades civis contribuem com a construção de fatos, comprovando os prejuízos e crimes contra os direitos fundamentais dessas pessoas e do meio ambiente. Essas informações servem para além da defesa desse território, fortalecem a autonomia das comunidades indígenas, ao se apropriarem dessas informações que fazem parte de quem elas são e o que representam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os povos indígenas, o território vai além de um mero espaço físico: constitui peça central para a preservação da identidade cultural, das práticas tradicionais, da dimensão espiritual e das formas de organização social das comunidades. Nesse contexto, as organizações não governamentais e entidades civis, enquanto força coletiva para lutar pelos direitos dos povos indígenas, produzem e disseminam dados e informações que são essenciais para a garantia dos direitos fundamentais, como o direito ao território. Dessa forma, o Instituto Socioambiental e o Conselho Indigenista Missionário são ambas fontes de informação para a cidadania e autonomia dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. A. C. Conhecimento e saberes socioambientais: o papel dos contra-especialistas nas redes de ongs e movimentos sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 08., 2007, Salvador, BA. **Anais [...]** Salvador, BA: ENANCIB, 2007. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/174104>. Acesso em: 12 abr. 2026.

ALVES, A. A.; LIMA, G. S. Organizar no antropoceno: o que podemos aprender com os kariri-xocó?. **Convergência em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 6, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/253170>. Acesso em: 12 abr. 2026.

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300003>.

BARCELLOS, C.; SALDANHA, N. O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami. **Revista**



Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 17, p. 7-13, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php>. Acesso em: 12 ago. 2026.

BANIWA, G. História Indígena no Brasil Independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. **Revista da teoria da história**, [S.l.], v. 6, n.1, p. 9-32, 2023. Disponível em: https://institucional.us.es/revistas/Araucaria/51/2_monografico1raylane/3_artigo2.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

BIREME. **Guia 2001 de desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.bireme.br/bvs> . Acesso em: 12 abr. 2026.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **Mapeando el cuerpo-territorio**, [S.l.]: Ecuador, 2017. Disponível em: <https://territorioyfeminismos.org>. Acesso em 14 abr. 2026.

CUNHA, M. B. da. **Manual de fontes de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2020.

FIGUEIRO, M. L. S.; SOUZA, F. E. P.; REBELO, N. G. Organizações voluntárias: informação para a conquista da cidadania. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 6, n. 11, 2001. DOI: 10.5007/1518-2924.2001v6n11p52.

GUARATE, P. M. F. **Fontes de informação governamental em saúde sobre povos indígenas**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) - Centro de Ciências em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

INOMATA, D. O. **Fontes de Informação II**. Brasília, DF: CAPES: UAB: Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2022. 180 p.: il.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: indígenas, primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023, 193p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Alerta+**. 2026a. Disponível em: <https://terrasmais.eco.pt-br&year=2017>. Acesso em: 13 de maio 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas do Brasil**. 2026b. Disponível em: Quadro Geral dos Povos - Povos Indígenas no Brasil. <https://www.gov.br/funai/pt-br/ass-reforca-funai>. Acesso em: 13 de maio 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Somos o ISA, Instituto Socioambiental: Por que socioambiental se escreve e se pratica junto**. 2026c. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sobre>. Acesso em: 08 jun. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Terras Indígenas**. 2026d. Disponível em: <https://www.terrasindigenas.org.br>. Acesso em: 13 de maio 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Unidades de Conservação no Brasil**. 2026e. Disponível em: <https://socioambiental.org/>. Acesso em: 13 de maio 2026.



LINDHOLM, M. M. Alaska Native perceptions of food, health, and community well-being: Challenging nutritional colonialism. *In*: MIHESUAH, D. A.; HOOVER, E. (Eds.). **Indigenous food sovereignty in the United States**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2019, p. 155–172.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. Documento final da marcha das mulheres 2019. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/insurgencia.v8i2.39122>. Acesso em: 12 abr. 2026.

MCKINLEY, C. E. “We have to...work for wholeness no matter what”: Family and culture promoting wellness, resilience, and transcendence. **Transcultural Psychiatry**, [S.l.], p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://doi/10.1177/13634>. Acesso em: 11 abr. 2026.

OLIVEIRA, A. G. R.; PADROS, E. S. Corpo-território, repressão e resistência: os kaingangs e a ditadura de segurança nacional no rio grande do sul. **Revista Acervo** (Arquivo Nacional), Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/162633>. Acesso em: 11 abr. 2026.

PAIVA, E. B. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91931>. Acesso em: 11 abr. 2026.

PEREIRA, L. M. A Reserva indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. *In*: CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, p.781-794. Disponível em: http://povos_indigenas_em_mato_grosso_do_sul.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

PINHEIRO, E. G. Ongs e mediação da informação em comunidades periféricas: desdobramentos e relações no contexto da ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/380212>. Acesso em: 12 abr. 2026.

REZENDE, A., *et al.* Povos originários/indígenas em foco: guia de fontes de informação especializada. **Revista Conhecimento em Ação**, [S.l.], v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 12 abr. 2026.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7 ed. São Paulo: Global, 2017.

RUCKSTUHL, K. Trust in Scholarly Communications and Infrastructure: Indigenous Data Sovereignty. **Front. Res. Metr. Anal.** [S.l.], v. 6, n. 752336, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/021.752336/full>. Acesso em: 12 abr. 2026.

SANGALLI, A.; SOUSA, N. M. In(formação), interculturalidade e a covid-19 em territórios indígenas de mato grosso do sul. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 16, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5384>. Acesso em: 12 abr. 2026.



SILVA, R. P. L.; CAOVILO, M. A. L. A América latina e os povos originários: sequelas da colonização. **Revista Direito e Justiça**, Santo Ângelo, v. 18, n. 30, jan./abr., p. 123-143, 2018. DOI: 10.31512/rdj.v18i30.2239.

